



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.814, DE 2021

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para fixar em meio salário mínimo o critério de renda familiar mensal per capita para o acesso da pessoa idosa ou com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....

§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo.

.....” (NR)

Art. 2º Revogam-se os seguintes dispositivos:

I - da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993:

a) o § 11-A do art. 20;

b) o art. 20-B;

II – o inciso I do caput do art. 6º da Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214908336000>



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de outubro de 2021.

Deputado DR. FREDERICO
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Frederico
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214908336000>

